



TOMADORES DE EMPRÉSTIMOS NA COOPSEF RECEBEM MAIOR PARTE DAS SOBRAS LÍQUIDAS

Os cooperados que tomaram empréstimos na COOPSEF serão, mais uma vez, os maiores beneficiados com o retorno das Sobras Líquidas apuradas no ano passado. Reunidos em Assembleia Geral Ordinária, no dia 10 de fevereiro, os associados aprovaram por unanimidade as contas do exercício de 2013 e decidiram pela distribuição das Sobras Líquidas no valor de R\$5,22 milhões, atendendo também quem usou o Cheque Especial e aplicou na Cooperativa. O valor a que cada cooperado tem direito poderá ser requerido até 30 de abril, ou ser creditado ao Capital, rendendo a variação média da Selic no ano.

Leia mais informações nas páginas 3 a 5

9

SICOOBCOOPSEF – NOSSA COOPERATIVA PASSARÁ A USAR ESTA NOVA MARCA, APROVADA EM ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, INTEGRANDO-SE DEFINITIVAMENTE AO SISTEMA SICOOB

Associado faz sua parte, opera com a COOPSEF e é recompensado com a devolução de mais Sobras

A cada ano, os associados da COOPSEF reconhecem a importância e as vantagens de ter suas operações concentradas na Cooperativa e de usar seus produtos e serviços. Esse reconhecimento reflete diretamente sobre os resultados da instituição, como aconteceu em 2013. Encerramos bem esse exercício e novamente temos motivos para comemorar. As Sobras brutas, no valor de R\$8,17 milhões, são o melhor exemplo de que o cooperado, na condição de dono da Cooperativa, está ciente da necessidade de fazer sua parte, sabendo que o maior beneficiado será ele mesmo. Na COOPSEF, ele paga a menor taxa de juro por seus empréstimos e pelo uso do Cheque Especial, está isento de tarifas bancárias generalizadas, recebe boa remuneração por suas aplicações e no final ainda têm o retorno das Sobras.

Por esse reconhecimento, nós os membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, da Diretoria Executiva e todos os funcionários desta Cooperativa nos sentimos ainda mais motivados a continuar trabalhando para apresentar aos cooperados os resultados que eles esperam a cada exercício. Nossos esforços estão sendo recompensados e podemos comemorar,

graças à participação dos associados. Como legítimos donos desta Cooperativa, estamos obtendo um retorno que não conseguiríamos em nenhuma outra instituição financeira.

O resultado obtido ganha em importância, quando sabemos que a própria legislação cooperativista limita as ações de uma Cooperativa de Crédito. Os bancos comerciais, ao contrário, além de detentores de grande liberdade de atuação, detêm vultosas verbas publicitárias, compram espaços na grande mídia e conquistam clientes. As cooperativas, por sua vez, precisam desenvolver um trabalho quase que de corpo a corpo e convencer seu público alvo das vantagens e do retorno que a cooperativa pode oferecer. Esse é o nosso foco. É isto o que temos feito.

Em 2013 registramos um número significativo de cooperados que fizeram a portabilidade de suas dívidas, quitando o que deviam em outros bancos e concentrando suas operações na COOPSEF. Para nós, administradores, isso é muito gratificante. É sinal de que estamos conseguindo competir bem no mercado, oferecendo aos associados taxas de juros mais adequadas a sua capacidade de endividamento e pagamento.

Fomos para a Assembleia Geral

Ordinária, realizada em fevereiro, com a consciência tranquila do dever cumprido. O Conselho de Administração apresentou uma proposta de distribuição das Sobras líquidas que foi acatada por unanimidade pelos cooperados. Do total colocado à disposição da AGO, ficou decidido que R\$4,22 milhões serão distribuídos para aqueles que tomaram empréstimos e, desta forma, mais contribuíram para a consecução desse resultado. No cooperativismo é assim: recebem mais os que mais fizeram operações com a sua cooperativa.

Queremos destacar aqui também o resultado da AGE, realizada logo em seguida à AGO, em que aprovamos a reforma integral do nosso Estatuto Social e a adesão à marca Sicoob. São dois eventos de importância fundamental para que a nossa COOPSEF prossiga a sua trajetória vitoriosa, gerando cada vez mais benefícios. E ao integrar-se definitivamente ao Sistema Sicoob conseguirá ampliar e facilitar o atendimento aos seus associados. Nossa marca agora é SICOOB COOPSEF.

Por tudo isso, continuamos afirmando: quem acredita na COOPSEF ganha sempre.

A Diretoria



Mais um excelente resultado da COOPSEF

Cooperados aprovam as contas por unanimidade, comemoram o resultado de 2013 e decidem sobre a distribuição das Sobras líquidas, beneficiando principalmente os que tomaram empréstimos

A COOPSEF realizou no dia 10 de fevereiro sua Assembleia Geral Ordinária (AGO), quando foram prestadas e aprovadas por unanimidade as contas do exercício de 2013. E o resultado desse exercício também foi motivo de muita comemoração pelos associados. As Sobras brutas somaram R\$8,17 milhões e superaram as obtidas em 2012. Com isso, nossa Cooperativa se mantém em posição de destaque entre suas congêneres em Minas Gerais e todos os cooperados ganham, sendo os maiores beneficiados aqueles que mais contribuíram para a consecução desse resultado e receberão de volta parte do que pagaram a título de juros por seus empréstimos.

Deduzidas as destinações estatutárias, as Sobras líquidas fecharam em R\$5,22 milhões. Esse valor supera o apurado em 2012, que ficou em R\$4,6 milhões. Com as Sobras líquidas de 2013, aqueles que tomaram empréstimos terão um retorno, em média, de 27% sobre os juros pagos. É hora de novamente perguntar: algum outro banco ou instituição financeira fez algo semelhante? Evidente que não. Só na sua Cooperativa o associado recebe parte do que pagou de juro ao longo do exercício, garante o diretor-presidente Antônio de Ávila e Silva.

O valor das Sobras líquidas, conforme decidido na AGO, será distribuído de forma proporcional às operações realizadas pelo associado com a Cooperativa, cumprindo assim um dos princípios cooperativistas. Desta forma, receberão proporcionalmente mais aqueles que tomaram empréstimos e utilizaram o Cheque

Especial. Para receber em espécie a parte que lhe cabe nas Sobras líquidas, o cooperado tem prazo até o dia 30 de abril para requerer. O pagamento será feito por lotes a partir de março.

Antes de participarem da Assembleia, os associados receberam extenso material contendo cópias do Relatório do Conselho de Administração relativo a 2013, notas explicativas às Demonstrações Contábeis, Edital de Convocação e outros. Dessa forma, foi possível a cada um conhecer previamente e avaliar o que seria exposto durante a AGO, facilitando aprovação das contas do exercício.

Ao abrir a Assembleia, o diretor-presidente Antônio de Ávila e Silva ressaltou que todas as disposições legais foram cumpridas, com publicação e ampla divulgação do Edital de Convocação, e agradeceu a presença dos associados. Acompanhado à mesa diretora dos trabalhos pelos diretores financeiro, Célio Marcos Pontes de Albuquerque, e administrativo Álvaro César Cunha, pelo representante da Central das Cooperativas (Sicoob/Central Cecremge), Raimundo Sérgio Campos, pelo coordenador do Conselho Fiscal, Geraldo Magela Cotta, e pelo coordenador da Comissão Especial de reforma do Estatuto Social, Evandro de Pádua Abreu, o diretor-presidente destacou a importância da participação dos cooperados para conhecimento e aprovação dos resultados da Cooperativa na AGO, onde cada um tem direito a um voto e está concentrado todo o seu poder de decisão.



Apresentação e aprovação das contas

Diretor-financeiro expôs os números alcançados pela Cooperativa, mostrando a evolução positiva de cada conta

Dando início à AGO e cumprindo o primeiro item da pauta, foi feita a apresentação da Demonstração de Resultados e das demais contas do exercício de 2013. Utilizando-se de alguns quadros e gráficos, o diretor-financeiro Célio Marcos Pontes de Albuquerque mostrou os números e explicou detalhadamente cada um dos resultados apurados no ano passado.

A concorrência cada vez mais acirrada por parte dos bancos oficiais e privados foi apontada pelo diretor-financeiro com um permanente desafio para a COOPSEF. Porém, a Cooperativa deu um claro exemplo de trabalho voltado para os interesses de seus associados e manteve-se competitiva, conseguindo ampliar as operações de portabilidade e comprar muitas dívidas de seus cooperados em outros bancos. Para isso, ofereceu a taxa de juro mais adequada ao bolso de seus cooperados. E como no final do exercício tem apurado Sobras, estas reverterem para os associados, como acontece agora, tornando ainda menor a taxa de juro paga durante o ano, destacou Célio Albuquerque.

Baseando-se em uma série de quadros e gráficos, ele mostrou o crescimento das Disponibilidades e Aplicações, o aumento no montante dos Empréstimos, nos Depósitos a Prazo, no Capital Social e na Reserva de Lucros. O total de empréstimos, por exemplo, chegou a R\$66,0 milhões e o nosso Capital evoluiu para R\$41,5 milhões. A participação cada vez mais ativa de seus cooperados é fundamental para que a COOPSEF continue apresentando resultados positivos, como tem feito nesses últimos anos, enfatizou.

Pareceres são lidos

Dando continuidade ao item 1 da pauta, o conselheiro fiscal, Geraldo Magela Cotta, leu o Parecer do Conselho Fiscal e também o Relatório de Auditoria sobre as Demonstrações Contábeis, elaborado pela Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa (CNAC), ambos atestando a adequada situação patrimonial e financeira da COOPSEF, em 31 de dezembro de 2013.

Aprovação

Após a apresentação, os diretores e o conselheiro fiscal deixaram a Mesa Diretora, e o cooperado Carlos Eugênio Souto Maior Filizola, secretariado por Emerson de Oliveira, colocou as contas da COOPSEF para votação dos associados, sendo aprovadas por unanimidade dos presentes à AGO.

Eleição do novo Conselho Fiscal

Em seguida, foram apresentados o nomes dos cooperados inscritos na chapa única para o Conselho Fiscal da Cooperativa, com mandato até a AGO de 2015. Por aclamação, conforme previsto em Regulamento, foram eleitos Geraldo Magela Cotta, efetivo; Antônio Donizete Rosa, efetivo; Ângela Maria Barbosa, efetivo; e como suplentes Adriana Ackls Codo Santos, Jussara Pires da Silva e José Onézio Leite. Os nomes dos novos conselheiros fiscais serão submetidos à homologação do Banco Central do Brasil, sendo empossados em seguida.

Em detalhe, os resultados alcançados em 2013

Adotando uma política de total transparência, a Administração da COOPSEF decide prestar mais informações detalhadas para que não haja dúvidas sobre os resultados alcançados em 2013. Numa leitura atenciosa, os cooperados concluirão que os números obtidos atestam a saúde financeira da Cooperativa e que os maiores beneficiados são eles próprios. Clientes e ao mesmo tempo donos, os associados têm um retorno que nunca conseguiriam em nenhum outro banco ou instituição financeira, onde são apenas mais um cliente.

Das Sobras brutas apuradas em 2013, no valor de R\$8.174.865,31 (oito milhões, cento e setenta e quatro mil, oitocentos e sessenta e cinco reais e trinta e um centavos) foram deduzidos R\$1.954.525,27 (um milhão, novecentos e cinquenta e quatro mil, quinhentos e vinte e cinco reais e vinte e sete centavos). Esse valor

refere-se a juros ao Capital, creditados a todos os associados em 31 de dezembro de 2013, conforme determina a legislação vigente.

Do valor líquido de R\$6.229.340,04 (seis milhões, duzentos e vinte e nove mil, trezentos e quarenta reais e quatro centavos) foram deduzidos R\$80.148,25 (oitenta mil, cento e quarenta e oito reais e vinte e cinco centavos), decorrentes de Atos não Cooperativos, e de acordo com a legislação devem ser creditados diretamente ao FATES. Feito isso, foram destinados 10% (dez por cento) para o Fundo de Reserva Legal, no valor de R\$614.919,18 (seiscentos e quatorze mil, novecentos e

dezenove reais e dezoito centavos); e 5% (cinco por cento) para o FATES (Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social), no valor de R\$307.459,59 (trezentos e sete mil, quatrocentos e cinquenta e nove reais e cinquenta e nove centavos).



• *Demonstrações Contábeis são apresentadas pelo conselheiro fiscal, Geraldo Magela Cotta.*

Tomadores de empréstimos recebem mais

Proposta de distribuição das Sobras feita pelo Conselho de Administração é aprovada pelos associados

Feita essas deduções legais, foram apuradas as Sobras líquidas que somaram R\$5.226.813,02 (cinco milhões, duzentos e vinte e seis mil, oitocentos e treze reais e dois centavos) no exercício 2013. Com base em proposta oferecida pelo Conselho de Administração, o diretor-presidente colocou esse valor em votação na AGO. Considerando a proposta adequada, os associados presentes à AGO decidiram, por unanimidade, que as Sobras líquidas serão distribuídas proporcionalmente às operações realizadas pelos associados com a COOPSEF.

Com essa decisão, os maiores beneficiados serão aqueles que tomaram empréstimos na Cooperativa e que mais contribuíram para o resultado alcançado no ano. Esses tomadores estarão recebendo, em média, 27% dos juros que pagaram à COOPSEF no exercício. Esse retorno é maior do que a remuneração de qualquer aplicação financeira no País.

Também estão sendo beneficiados, aqueles que usaram o Cheque Especial ao longo do ano. Além de pagarem a menor taxa de juro por esse tipo de empréstimo de curto prazo (2,9% ao mês), os associados estarão recebendo, em média, 24% dos juros pagos no ano. Uma parte das Sobras líquidas ainda será distribuída para aqueles que aplicaram recursos na Cooperativa e já tiveram uma boa remuneração pelos valores investidos e os associados aprovaram também a transferência de recursos para a conta Credores Diversos, para pagamento de Auxílio Funeral e Seguro Prestamista.

Juros corrigem o Capital

Ao fazer a apresentação da proposta de distribuição das Sobras líquidas, o diretor-presidente da Coopsef destacou que no dia 31 de dezembro o Capital Social de cada associado foi remunerado pela variação da média da Selic de 2013. Essa remuneração equivalerá a juros da ordem de R\$1,94 milhão. Essa parcela de juros creditada diretamente ao Capital não pode ser sacada pelos associados, adiantou Antônio de Ávila.

Requerimento das Sobras tem data definida

Pagamento será feito por lotes e formulário próprio estará disponível na sede, nas representações regionais e no site da Cooperativa

Para receber em espécie o valor a que tem direito nas Sobras líquidas, o cooperado deverá cumprir alguns requisitos, dentre eles a atualização de seu cadastro junto à Coopsef e se manifestar formalmente até o dia 30 de abril deste ano. Para aqueles que não se manifestarem, os valores continuarão creditados ao Capital Social, como sempre foi feito, e sendo corrigidos até a média da taxa Selic do exercício.

A partir de 1º de março, o formulário próprio estará à disposição dos interessados no site www.coopsef.com.br, na sede e nas representações regionais da Cooperativa. O crédito será feito em conta corrente do associado a partir de 14 de março, em lotes semanais, sempre às sextas-feiras, e prossegue até o dia 31 de maio deste ano. É preciso lembrar que os valores das Sobras estão garantidos a todos os associados que fizeram operações com a COOPSEF.

Convém lembrar que os recursos não requeridos permanecerão creditados ao Capital, portanto, não há perda. Para os que vão requerer, o prazo máximo é 30 de abril. Todos devem ler com atenção as exigências descritas no formulário, principalmente sobre as que dizem respeito à

atualização cadastral. Cadastro atualizado é requisito para o recebimento das Sobras.

Sobras só para quem contribuiu

Ainda de acordo com proposta do Conselho de Administração, os associados presentes à AGO decidiram que aqueles que não estiverem cumprindo suas obrigações com a COOPSEF não farão jus ao recebimento das Sobras líquidas, uma vez que não contribuíram para a sua formação. Foi delegada ainda ao Conselho competência para dirimir os eventuais questionamentos.

Aplicação dos recursos do FATES

Também por unanimidade, os associados aprovaram delegação para que o Conselho de Administração faça a aplicação dos recursos do FATES (Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social), que deverão ser direcionados para o desenvolvimento da COOPSEF, de seus associados e funcionários, conforme previsto na Lei, no Estatuto e no Regimento Interno da nossa Cooperativa.

COOPSEF continua comprando dívidas de seus associados em outros bancos

Número de cooperados que centraliza seus empréstimos na Cooperativa é cada vez maior

Com uma taxa de juro muito competitiva, somada a outras vantagens como o retorno das Sobras, a COOPSEF tem convencido seus associados a centralizarem suas operações financeiras na Cooperativa. Para isso, continua comprando dívidas que seus associados contraíram em outros bancos e instituições financeiras. O resultado dessa operação é surpreendente e a cada dia cresce o número de associados com empréstimos apenas na COOPSEF.

A compra de dívidas é feita de forma rápida e orientada. O associado recebe todas as informações sobre como proceder e sobre as vantagens que irá auferir nessa operação. Entre as vantagens está a facilidade para controlar o que é devido, pagando uma taxa de juro que o associado só consegue na sua Cooperativa.

Outra vantagem é de certa forma a mais significativa advém do retorno das Sobras. Na Assembleia realizada em fevereiro deste ano, os associados decidiram pela forma de distribuição das Sobras, favorecendo principalmente o grupo tomador de empréstimos. As Sobras líquidas de 2013 significou um retorno, em média, de 27% sobre o valor dos juros pagos ao longo do exercício. Com isso, as taxas de juros contratadas ficaram ainda menores, beneficiando diretamente o tomador de empréstimos.

A COOPSEF continua mantendo suas portas abertas e seus funcionários prontos para atender os associados. Aqueles que ainda têm um empréstimo em outro banco ou instituição financeira devem procurar os atendentes na sede da Cooperativa ou os representantes regionais e se informar a respeito da compra de sua dívida pela COOPSEF. Faça como os que já procederam desta forma. Não há dúvida de que fizeram um grande negócio. Pagam juros mais baixos e ainda recebem parte do que pagaram na forma de distribuição de Sobras.

Cooperados antecipam o 13º salário

Com a menor taxa de juro do mercado, opção é boa para adiantar recursos e pagar despesas

Diversos cooperados, cientes da importância de manter em dia seus compromissos de início de ano, decidiram antecipar o 13º salário de 2014 na COOPSEF e com os recursos quitaram despesas inadiáveis como IPTU e IPVA. Outros compraram material escolar, pagando também à vista e obtendo descontos. A taxa de juro cobrada pela Cooperativa é a mais adequada para o bolso de seus associados e, por isso, todos eles estão fazendo sua opção por empréstimo nesta instituição.

Vale sempre lembrar que parte do juro que for pago nos empréstimos retornará para o associado na forma de

Sobras, tão logo as contas do exercício sejam aprovadas em Assembleia Geral Ordinária. Na COOPSEF, você é cliente e dono ao mesmo tempo e suas operações sustentam o bom desempenho da Cooperativa.

Para antecipar o 13º salário, o associado precisa preencher a proposta de empréstimo, os Anexos I e II, apresentar cópia de contracheque, cheque pós-datado do banco onde será creditado o pagamento e comprovante de residência, recente. Por determinação do Banco Central, a liberação estará sujeita à análise de crédito.



Agenda COOPSEF 2014 está à sua disposição

A sua Agenda 2014, acompanhada de uma caneta, está à sua espera na COOPSEF. Os associados da Capital podem procurar esses tradicionais brindes na sede localizada na avenida Brasil, 1660, e os do interior do Estado devem se dirigir às suas respectivas Representações Regionais. Prestígio e valorize o que é seu. Vá buscar a sua Agenda COOPSEF 2014 e a sua caneta. Foram feitas para você.

Identifique seu depósito a favor da COOPSEF

Associado que fizer depósito a favor da COOPSEF precisa informar se os recursos se destinam ao pagamento de uma ou mais parcelas de empréstimo, se é para ficar na conta corrente, para uma aplicação financeira ou para qualquer outra finalidade. Sem essa informação, a Cooperativa não tem como atender o depositante e credita esses recursos em uma conta específica. Ali eles permanecerão até que o interessado se manifeste. Os valores depositados nesta conta não têm correção.

Portanto, lembre-se sempre de informar a destinação dos recursos depositados a favor da COOPSEF. Para isso, envie um fax (31) 3269.5724 ou e-mail para coopsef@coopsef.com.br. Esta é mais uma orientação da COOPSEF para que você continue ganhando sempre.

Atualize seu cadastro na COOPSEF

A atualização cadastral anual é uma exigência do Banco Central, alcança todas as cooperativas e precisa ser cumprida. Sendo assim e para manter o cumprimento rigoroso das normas estabelecidas pelo BC, a direção da COOPSEF reitera aos associados que mantenham seu cadastro atualizado.

O processo é muito fácil. Use o fax (31) 3269.5724 ou o e-mail coopsef@coopsef.com.br para enviar o formulário "Atualização Cadastral", disponível no site, na sede da Cooperativa e nas representações regionais. Anexe também um comprovante de renda, de água, luz, telefone ou contrato do imóvel, se alugado.

Dinheiro mais barato, com taxa de juro adequada e atendimento personalizado, você tem na COOPSEF.

Conheça e use seus produtos e serviços.

- Empréstimos/Financiamentos/Outros
- Troca de Cheques
- Conta Corrente
- Cheque Especial
- Home Banking (Autoatendimento)
- Banco 24 Horas
- Aplicações Financeiras
- Poupança Sicoob

E MAIS...

- Adiantamento de 13º salário
- Antecipação de Imposto de Renda
- Compra de Crédito
- Empréstimo Especial
- Financiamento de Imóveis
- Financiamento de Veículos

Quem acredita na COOPSEF, ganha sempre.

EDUCAÇÃO COOPERATIVISTA

A importância de conhecer os princípios cooperativos

Existem algumas informações no segmento cooperativista que precisam ser lembradas e repetidas constantemente. Os princípios cooperativos são os primeiros. Desde a sua fundação, a Administração da COOPSEF, em suas ações, empreende a Educação Cooperativista e adota a política de orientar seus associados para a importância do conhecimento desses princípios, chamando a atenção principalmente para a participação, sem o que não é possível à Cooperativa cumprir seus objetivos e gerar benefícios para todos. Portanto, vale lembrar:

Adesão voluntária e livre - As cooperativas são organizações voluntárias, abertas a todas as pessoas aptas a utilizar os seus serviços e assumir as responsabilidades como membros, sem discriminações de sexo, sociais, raciais, políticas e religiosas.

Gestão democrática e livre - As cooperativas são organizações democráticas, controladas pelos seus membros, que participam ativamente na formulação das suas políticas e na tomada de decisões. Os homens e as mulheres, eleitos como representantes dos demais membros, são responsáveis perante estes. Nas cooperativas de primeiro grau, os membros têm igual direito de voto (um membro, um voto); as cooperativas de grau superior são também organizadas de maneira democrática.

Participação econômica dos membros - Os membros contribuem equitativamente para o capital das suas cooperativas e controlam-no democraticamente. Parte desse capital é, normalmente, propriedade comum da cooperativa. Os membros recebem, habitualmente, se houver uma remuneração limitada ao capital integralizado, como condição de sua adesão. Os membros destinam os excedentes a uma ou mais das seguintes finalidades:

- Desenvolvimento das suas cooperativas, eventualmente, por meio da criação de reservas, parte das quais, pelo menos será, indivisível;
- Benefícios aos membros na proporção das suas transações com a Cooperativa.
- Apoio às outras atividades aprovadas pelos membros.

Autonomia e independência - As cooperativas são organizações autônomas, de ajuda mútua, controladas pelos seus membros. Se firmarem acordos com outras organizações, incluindo instituições públicas, ou recorrerem ao capital externo, devem fazê-lo em condições que assegurem o controle democrático, pelos seus membros e mantenham a autonomia da cooperativa.

Educação, formação e informação - As cooperativas promovem a educação e a formação dos seus membros, dos representantes eleitos e dos trabalhadores, de forma que estes possam contribuir, eficazmente, para o desenvolvimento das suas cooperativas. Informam o público em geral, particularmente os jovens e os líderes de opinião, sobre a natureza e as vantagens da cooperação.

Intercooperação - As cooperativas servem de forma mais eficaz os seus membros e dão mais força ao movimento cooperativo, trabalhando em conjunto, por meio das estruturas locais, regionais nacionais e internacionais.

Interesse pela comunidade - As cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentado das suas comunidades por meio de políticas aprovadas pelos membros.

(Fonte: OCB-Organização das Cooperativas Brasileiras)

www.coopsef.com.br

Nossa Cooperativa e sua nova marca



Encerrada a AGO, o diretor-presidente Antônio de Ávila e da Mesa Diretora deu início imediato à Assembleia Geral Extraordinária, conforme previsto no Edital. Os associados aprovaram por unanimidade os ajustes no novo Estatuto Social da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Secretaria de Estado da Fazenda e órgãos oficiais do Estado de Minas Gerais – COOPSEF e também a adesão à Marca Sicoob. Aprovada na AGO de fevereiro do ano passado, a nova marca da nossa Cooperativa foi oficializada agora em 2014 durante a AGE. Desta forma, nossa instituição está integrada definitivamente ao Sistema Sicoob e passará a ser identificada pela marca SICOOB COOPSEF.

O cooperado e ex-secretário de Fazenda, Evandro de Pádua Abreu, membro da Comissão Especial que promoveu os ajustes no Estatuto Social, declarou que, juntamente com os demais membros, se sentiu honrado em participar desse marco tão importante na história da COOPSEF. Segundo ele, os direitos e deveres de todos os cooperados estão garantidos e os ajustes permitirão à nossa Cooperativa continuar avançado na sua trajetória de sucesso, crescendo e gerando ainda mais benefícios para todos aqueles que dela participam.

Atendimento ampliado

O diretor-presidente Antônio de Ávila endossa essa declaração e acrescenta que com a mudança será possível ao associado, ao visualizar a marca Sicoob em diversos lugares do Estado e do País, saber que ali ele poderá realizar uma operação com a sua Cooperativa. Além disso, com a nova marca, a nossa Cooperativa dá prosseguimento à implantação

da Governança Cooperativa, uma exigência do Banco Central do Brasil e do Sicoob Confederação, modernizando procedimentos administrativos e dando mais segurança às ações empreendidas dentro da Cooperativa.

Hoje a maior parte das cooperativas mineiras já adota a marca e está integrada ao Sistema Sicoob, possibilitando a ampliação e melhoria do atendimento a seus cooperados, num formato mais uniforme e padronizado.

O uso da marca requer licença específica do Sicoob Confederação, com o qual já foi firmado contrato nesse sentido. A marca Sicoob é um sinal visivelmente perceptível e distinto das demais marcas do cooperativismo.

Marca proporcional

O nome fantasia COOPSEF será mantido, mas a sua logomarca, já conhecida de todos nós, deixa de existir. Com a mudança, nossa Cooperativa passa a ser identificada como integrante do Sicoob, carregando a logomarca desse Sistema.

De acordo com o Regulamento de Uso da Marca, existem apenas dois tipos para ser escolhido um: o da marca endossada (nome da cooperativa logo abaixo do nome Sicoob) ou o da marca proporcional (ao lado do nome Sicoob). O Conselho de Administração se posicionou a favor da marca “proporcional”. Assim sendo, a denominação COOPSEF será escrita na mesma linha que a marca Sicoob. Ainda de acordo com as normas estabelecidas pelo Sicoob Confederação, a Cooperativa em momento algum poderá utilizar os dois tipos de aplicação. O escolhido é definitivo.

Você sabia que o cooperado não paga pelo talão de cheques, mas que ele deve usar mais o cartão de débito SICOOBcard em suas compras, porque o custo operacional é menor para a Cooperativa e tem reflexo positivo no resultado final?



Promoção da Cooperativa dá prêmio a uma ganhadora

A promoção "COOPSEF comemora 33 anos – Uma história de conquistas e parceria com seus associados" foi encerrada em dezembro, após a realização do segundo sorteio pela Loteria Federal do dia 21/12/13, conforme previsto no Regulamento. Houve apenas uma ganhadora. A felizarda foi a associada Vera Lúcia Cardoso, cujo final de Masp, menos o dígito, coincidiu com a milhar do terceiro prêmio, tendo direito a um TV LED Smart 46 polegadas.

Ao receber o cheque no valor do prêmio da mão do diretor-presidente Antônio de Ávila e Silva, Vera Cardoso comentou que há anos é associada da Coopsef e que planeja intensificar suas operações na Cooperativa, conhecedora que é das vantagens oferecidas pela instituição. A entrega foi prestigiada pelos diretores Célio Albuquerque e Álvaro Cunha, que cumprimentaram a cooperada pela premiação. Conforme disposto no Regulamento, não há compra antecipada de prêmios e decorrido o prazo dos sorteios, a promoção está encerrada.

► Balancete

BALANCETE PATRIMONIAL PRESTAÇÃO DE CONTAS (NOVEMBRO DE 2013)

ATIVO		PASSIVO	
ATIVO CIRCULANTE	89.179.874,06	PASSIVO CIRCULANTE	85.977.811,04
DISPONIBILIDADES	669.415,08	DEPÓSITOS	75.465.512,46
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	59.011.623,38	Depósitos à vista	1.977.017,45
Central Financeira - COOPERAT	59.011.623,38	Depósitos a prazo	73.488.495,01
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	28.673.386,63	Outros Depósitos	-
Operações de Crédito	28.987.550,32	OUTRAS OBRIGAÇÕES	10.512.298,58
(Prov. P/ Oper. Créd. Liq. Duvid.)	(314.163,69)	Cobrança e Arrecad. Tributos	5.369,59
OUTROS CRÉDITOS	773.606,52	Sociais e Estatutárias	8.548.245,54
OUTROS VALORES E BENS	51.842,45	Fiscais e Previdenciárias	285.118,94
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	47.566.175,43	Diversas	1.673.564,51
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	43.643.038,65	RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	-
Operações de Crédito	44.017.862,87	Rendas Antecipadas	-
(Prov. P/ Oper. Créd. Liq. Duvid.)	(374.824,22)	PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	3.923.136,78
DEVEDORES POR DEPÓSITOS EM GARANTIAS	3.923.136,78	OUTRAS OBRIGAÇÕES	3.923.136,78
Interp. P/ Riscos Fiscais e Trabalhistas	3.923.136,78	Provisões P/ Riscos Fiscais	3.923.136,78
PERMANENTE	7.922.226,49	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	54.767.328,16
INVESTIMENTOS	5.645.091,23	Capital de Domiciliados no País	39.813.213,73
Partic. Colig. e Control. no País	5.645.091,23	Reservas de Lucros	7.315.356,08
IMOBILIZADO DE USO	2.250.081,30	Sobras Acumuladas	3.987.612,18
Imóveis de Uso	3.687.372,06	Receitas	10.308.700,21
Outras Imobilizações de Uso	1.958.894,01	(Despesas)	(6.657.554,04)
(Depreciações Acumuladas)	(3.396.184,77)	TOTAL DO PASSIVO	144.668.275,98
INTANGÍVEL	27.053,96	Belo Horizonte, 30 de novembro de 2013. Antônio de Ávila e Silva - Diretor Presidente Célio Marcos Pontes de Albuquerque - Diretor Financeiro Álvaro César Cunha - Diretor Administrativo Astor César de Souza Almeida - Contador - CRC: MG-074613/O-6	
Sistema de Processamento de Dados	134.935,17		
Direito de Uso	46.673,89		
(Amortização Acumulada)	(154.555,10)		
TOTAL DO ATIVO	144.668.275,98		

BALANCETE PATRIMONIAL PRESTAÇÃO DE CONTAS (DEZEMBRO DE 2013)

ATIVO		PASSIVO	
ATIVO CIRCULANTE	90.997.483,21	PASSIVO CIRCULANTE	87.580.798,82
DISPONIBILIDADES	511.986,77	DEPÓSITOS	77.125.904,57
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	65.187.312,95	Depósitos à vista	2.298.675,11
Central Financeira - COOPERAT	65.187.312,95	Depósitos a prazo	74.827.229,46
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	24.163.904,10	Outros Depósitos	-
Operações de Crédito	24.455.459,23	OUTRAS OBRIGAÇÕES	10.454.894,25
(Prov. P/ Oper. Créd. Liq. Duvid.)	(291.555,13)	Cobrança e Arrecad. Tributos	3.304,87
OUTROS CRÉDITOS	748.348,65	Sociais e Estatutárias	8.472.675,90
OUTROS VALORES E BENS	385.930,74	Fiscais e Previdenciárias	556.488,33
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	48.035.731,10	Diversas	1.422.425,15
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	44.098.780,46	RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	-
Operações de Crédito	44.485.805,83	Rendas Antecipadas	-
(Prov. P/ Oper. Créd. Liq. Duvid.)	(387.025,37)	PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	3.936.950,64
DEVEDORES POR DEPÓSITOS EM GARANTIAS	3.936.950,64	OUTRAS OBRIGAÇÕES	3.936.950,64
Interp. P/ Riscos Fiscais e Trabalhistas	3.936.950,64	Provisões P/ Riscos Fiscais	3.936.950,64
PERMANENTE	7.564.987,13	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	55.080.451,98
INVESTIMENTOS	5.645.091,23	Capital de Domiciliados no País	41.535.755,86
Partic. Colig. e Control. no País	5.645.091,23	Reservas de Lucros	7.315.356,08
IMOBILIZADO DE USO	1.893.393,97	Sobras Acumuladas	3.987.612,18
Imóveis de Uso	3.011.268,33	Receitas	12.489.769,82
Outras Imobilizações de Uso	1.960.594,01	(Despesas)	(10.248.041,96)
(Depreciações Acumuladas)	(3.078.468,37)	TOTAL DO PASSIVO	146.598.201,44
INTANGÍVEL	26.501,93	Belo Horizonte, 31 de dezembro de 2013. Antônio de Ávila e Silva - Diretor Presidente Célio Marcos Pontes de Albuquerque - Diretor Financeiro Álvaro César Cunha - Diretor Administrativo Astor César de Souza Almeida - Contador - CRC: MG-074613/O-6	
Sistema de Processamento de Dados	134.935,17		
Direito de Uso	46.673,89		
(Amortização Acumulada)	(155.107,13)		
TOTAL DO ATIVO	146.598.201,44		

BALANCETE PATRIMONIAL PRESTAÇÃO DE CONTAS (JANEIRO DE 2014)

ATIVO		PASSIVO	
ATIVO CIRCULANTE	91.608.937,09	PASSIVO CIRCULANTE	88.221.004,61
DISPONIBILIDADES	455.921,60	DEPÓSITOS	77.505.050,20
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	64.388.973,37	Depósitos à vista	1.776.210,75
Central Financeira - COOPERAT	64.388.973,37	Depósitos a prazo	75.728.839,45
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	25.560.652,84	Outros Depósitos	-
Operações de Crédito	25.845.132,30	OUTRAS OBRIGAÇÕES	10.715.954,41
(Prov. P/ Oper. Créd. Liq. Duvid.)	(284.479,46)	Cobrança e Arrecad. Tributos	6.229,27
OUTROS CRÉDITOS	737.395,07	Sociais e Estatutárias	9.192.410,81
OUTROS VALORES E BENS	465.994,21	Fiscais e Previdenciárias	182.617,23
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	48.065.624,94	Diversas	1.334.697,10
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	44.113.811,29	RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	-
Operações de Crédito	44.463.901,55	Rendas Antecipadas	-
(Prov. P/ Oper. Créd. Liq. Duvid.)	(350.090,26)	PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	3.951.813,65
DEVEDORES POR DEPÓSITOS EM GARANTIAS	3.951.813,65	OUTRAS OBRIGAÇÕES	3.951.813,65
Interp. P/ Riscos Fiscais e Trabalhistas	3.951.813,65	Provisões P/ Riscos Fiscais	3.951.813,65
PERMANENTE	7.555.674,28	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	55.057.418,05
INVESTIMENTOS	5.645.091,23	Capital de Domiciliados no País	41.216.473,20
Partic. Colig. e Control. no País	5.645.091,23	Reservas de Lucros	7.930.275,26
IMOBILIZADO DE USO	1.884.633,15	Sobras Acumuladas	5.226.813,02
Imóveis de Uso	3.011.268,33	Receitas	2.189.035,07
Outras Imobilizações de Uso	1.965.994,01	(Despesas)	(1.505.178,50)
(Depreciações Acumuladas)	(3.092.629,19)	TOTAL DO PASSIVO	147.230.236,31
INTANGÍVEL	25.949,90	Belo Horizonte, 31 de janeiro de 2014. Antônio de Ávila e Silva - Diretor Presidente Célio Marcos Pontes de Albuquerque - Diretor Financeiro Álvaro César Cunha - Diretor Administrativo Astor César de Souza Almeida - Contador - CRC: MG-074613/O-6	
Sistema de Processamento de Dados	134.935,17		
Direito de Uso	46.673,89		
(Amortização Acumulada)	(155.659,16)		
TOTAL DO ATIVO	147.230.236,31		

Você sabia que por meio da internet no site www.coopsef.com.br os associados correntistas podem consultar saldos, extratos, fazer transferências e imprimir formulários para solicitar empréstimos?



Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais Ltda.

Relatório da Administração

Senhores Associados,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis do exercício social findo em 31/12/2013 da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais Ltda. – COOPSEF, na forma da Legislação em vigor.

1. Política Operacional

Em 2013 a COOPSEF completou 33 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente através da concessão de empréstimos e captação de depósitos.

2. Avaliação de Resultados

No exercício de 2013, a COOPSEF obteve um resultado de R\$ 6.229.340,04 representando um retorno anual sobre o Patrimônio Líquido de 11,39%.

3. Ativos

Os recursos depositados na Centralização Financeira somaram R\$ 65.187.312,95. Por sua vez a carteira de créditos representava R\$ 68.941.265,06.

A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída:

Empréstimo	R\$ 66.057.967,16	95,82%
Cheque Especial	R\$ 2.846.711,00	4,13%
Adiantamento a Depositante	R\$ 36.586,90	0,05%

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/2013 o percentual de 7,63% da carteira, no montante de R\$ 5.257.331,38.

4. Captação

As captações, no total de R\$ 77.125.904,57, apresentaram uma evolução em relação ao mesmo período do exercício anterior de 6,6684%.

As captações encontravam-se assim distribuídas:

Depósitos à Vista	R\$ 2.298.675,11	2,98%
Depósitos a Prazo	R\$ 74.827.229,46	97,02%

Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 31/12/2013 o percentual de 17,14% da captação, no montante de R\$ 13.218.162,43.

5. Patrimônio de Referência

O Patrimônio de referência da COOPSEF era de R\$ 53.589.545,22. O quadro de associados era composto por 6.991 cooperados, havendo um decréscimo de 1,4102% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

6. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercando ainda a Singular de todas as consultas cadastrais e com análise do Associado através do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

A COOPSEF adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 99,00% nos níveis de "A" a "C".

7. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na assembleia geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A Cooperativa possui ainda um Agente de Controles Internos, supervisionado diretamente pelo SICOOB CENTRAL CECREMG, que, por sua vez, faz as auditorias internas.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa adota ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito, a Cooperativa adota o Manual de Crédito, aprovado, como muitos outros manuais, pela confederação Sicoob Confederação e homologado pela Central.

Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral.

A Cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de cargos e salários que contempla a remuneração adequada, a separação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

8. Conselho Fiscal

Eleito anualmente na AGO, com mandato até a AGO de 10/02/2014, o Conselho Fiscal tem função complementar à do Conselho de Administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

Em 2013, todos os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal participaram de um curso de formação ministrado pelo SICOOB CENTRAL CECREMG, com o objetivo de detalhar as responsabilidades dos conselheiros fiscais e as formas de exercê-las.

9. Código de Ética

Todos os integrantes da equipe da COOPSEF aderiram, em 2013, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

10. Sistema de Ouvidoria

A Ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um Ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do Sistema de Ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No exercício de 2013, a Ouvidoria da COOPSEF registrou 0 (zero) manifestações de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa.

11. Gerenciamento de Risco e de Capital

11.1 Risco operacional

a) O gerenciamento do risco operacional da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais – COOPSEF objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco operacional, por meio da adoção de boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída na Resolução CMN nº 3.380/2006.

b) Conforme preceitua o art. 11 da Resolução CMN nº 3.721/2009, a Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais – COOPSEF aderiu à estrutura única de gestão do risco operacional do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. – Sicoob Confederação, a qual se encontra evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

c) O processo de gerenciamento de risco operacional do Sicoob consiste na avaliação qualitativa dos riscos objetivando a melhoria contínua dos processos.

d) O uso da Lista de Verificação de Conformidade (LVC) tem como objetivo identificar situações de risco de não conformidade, que após identificadas são cadastradas no Sistema de Controles Internos e Riscos Operacionais (SCIR).

e) As informações cadastradas no Sistema de Controles Internos e Riscos Operacionais (SCIR) são mantidas em banco de dados fornecido pelo Sicoob Confederação.

f) Para as situações de risco identificadas são estabelecidos planos de ação, com a aprovação da Diretoria Executiva, que são registrados em sistema próprio para acompanhamento pelo Agente de Controles Internos e Riscos (ACIR).

g) Não obstante a centralização do gerenciamento do risco operacional, a Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais – COOPSEF possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição ao risco operacional.

11.2 Risco de mercado

a) O gerenciamento do risco de mercado e de liquidez da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais – COOPSEF objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de mercado, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída nas Resoluções CMN nº 3.464/2007.

b) Conforme preceitua o art. 11 da Resolução CMN nº 3.721/2009, a Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais – COOPSEF aderiu à estrutura única do risco de mercado do Sicoob, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), a qual se encontra evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

c) No gerenciamento do risco de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (trading) e não negociação (banking), de mensuração do risco de mercado, de estabelecimento de limites de risco, de testes de estresse e de aderência do modelo de mensuração de risco (backtesting).

d) Não obstante a centralização do gerenciamento do risco de mercado e de liquidez, a Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais – COOPSEF possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de mercado da Entidade.

11.3 Risco de crédito

a) O gerenciamento de risco de crédito da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais – COOPSEF objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

b) Conforme preceitua o art. 10 da Resolução CMN nº 3.721/2009, a Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais – COOPSEF aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do Sicoob, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), a qual se encontra evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

▶ segue

▶ continuação

c) Compete ao gestor a padronização dos processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

d) Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, a Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Secretária de Estado da Fazenda de Minas Gerais – COOPSEF possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

11.4 Gerenciamento de Capital

a) A estrutura de gerenciamento de capital da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Secretária de Estado da Fazenda de Minas Gerais – COOPSEF objetiva garantir a aderência as normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída da Resolução CMN 3.988/2011.

b) Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.988/2011, a Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Secretária de Estado da Fazenda de Minas Gerais – COOPSEF aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), a qual se encontra

evidenciada em relatório disponível no site www.sicoob.com.br.

c) O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do Sicoob com objetivo de:

I. Avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do Sicoob estão sujeitas;

II. Planejar metas e necessidades de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do Sicoob.

III. Adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

d) Adicionalmente, são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do Sicoob.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos associados pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.

Belo Horizonte (MG) 17 de janeiro de 2014.

Conselho de Administração e Diretoria

Antonio de Ávila e Silva
Célio Marcos Pontes de Albuquerque
João Feliciano Nunes
Rita da Penha Ventrin Gloria leal

Álvaro Cesar Cunha
Celmar Silveira
Mauro Emani Nascimento
Geber Soares de Oliveira
Nelson Gomes de Souza

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

Em Reais

ATIVO	31/12/2013	31/12/2012
CIRCULANTE	90.997.483,21	89.399.480,64
Disponibilidades	511.986,77	431.028,53
Relações Interfinanceiras (Nota 4)	65.187.312,95	65.276.561,27
Operações de Crédito (Nota 5)	24.163.904,10	22.738.712,73
Adiantamento a Depositantes	36.586,90	35.720,26
Empréstimos e Títulos Descontados	24.418.872,33	23.253.645,18
(-) Provisão para crédito em liquidação	(291.555,13)	(550.652,71)
Outros créditos (Nota 6)	748.348,65	566.255,85
Outros Valores e Bens (Nota 7)	385.930,74	386.922,26
NÃO CIRCULANTE	48.035.731,10	42.586.257,30
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	48.035.731,10	42.586.257,30
Operações de Crédito (Nota 5)	44.098.780,46	38.781.765,15
Empréstimos e Títulos Descontados	44.485.805,83	39.450.492,17
(-) Provisão para crédito em liquidação	(387.025,37)	(668.727,02)
Outros Créditos (Nota 6)	3.936.950,64	3.804.492,15
PERMANENTE	7.564.987,13	6.507.172,64
Investimentos (Nota 8)	5.645.091,23	4.430.466,97
Imobilizado de Uso (Nota 9)	1.893.393,97	2.043.484,41
Intangível (Nota 10)	26.501,93	33.221,26
TOTAL	146.598.201,44	138.492.910,58

PASSIVO	31/12/2013	31/12/2012
CIRCULANTE	87.968.406,66	82.977.987,61
DEPÓSITOS (Nota 11)	77.125.904,57	72.304.380,10
Depósito à Vista	2.298.675,11	2.231.156,72
Depósitos a Prazo	74.827.229,46	70.073.223,38
OUTRAS OBRIGAÇÕES (Nota 12)	10.842.502,09	10.673.607,51
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	3.304,87	2.566,05
Sociais e Estatutárias	8.860.283,74	6.805.206,72
Fiscais e Previdenciárias	556.488,33	553.833,44
Diversas	1.422.425,15	3.312.001,30
NÃO CIRCULANTE	3.936.950,64	3.809.968,20
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
Provisões Para Riscos Fiscais e Trabalhistas (Nota 12)	3.936.950,64	3.809.968,20
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 14)	54.692.844,14	51.704.954,77
Capital Social	41.535.780,86	39.775.863,78
(-) Capital a Realizar	(25,00)	-
Reserva de Lucros	7.930.275,26	7.315.356,08
Sobras ou Perdas Acumuladas	5.226.813,02	4.613.734,91
TOTAL	146.598.201,44	138.492.910,58

Belo Horizonte, 31 de dezembro de 2013.

Célio Marcos Pontes de Albuquerque
Diretor Financeiro

Antônio de Ávila e Silva
Diretor Presidente

Astor César de Souza Almeida
CRC-MG 074.613/O-6

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DRE - DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	Exercícios findos em:		Em Reais
	2º SEMESTRE/2013	SALDO EM 31/12/2013	SALDO EM 31/12/2012
INGRESSOS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	8.703.871,05	16.739.544,14	16.167.204,22
Rendas de operações de crédito	8.703.871,05	16.739.395,49	16.163.799,22
Rendas de títulos e valores mobiliários	-	148,65	3.405,00
DISPÊNDIOS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(3.197.686,63)	(5.486.141,88)	(6.332.722,89)
Operações de captação	(3.170.133,66)	(5.544.065,23)	(5.499.071,30)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(27.552,97)	57.923,35	(833.651,59)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	5.506.184,42	11.253.402,26	9.834.481,33
OUTROS INGRESSOS/RECEITAS(DISPÊNDIOS/DESPESAS) OPERACIONAIS	(1.325.901,99)	(3.152.934,04)	(2.178.186,51)
Ingressos/Receitas de prestação de serviço	17.589,99	34.073,65	31.430,66
Rendas(Ingressos) de Tarifas Bancárias	13.869,00	29.101,50	34.226,50
Dispêndios/Despesas com pessoal	(3.006.466,13)	(5.660.331,90)	(4.703.463,07)
Outros Dispêndios/Despesas Administrativas	(1.181.904,59)	(2.501.625,06)	(2.488.162,55)
Dispêndios / Despesas Tributárias	(38.172,45)	(83.911,48)	(72.821,31)
Outros Ingressos/Receitas Operacionais	269.881,35	347.609,12	306.791,16
Ingressos de Depósitos Intercooper.	2.727.441,69	4.924.476,63	4.936.550,52
Outros Dispêndios/Despesas Operacionais	(128.140,85)	(242.326,50)	(222.738,42)
RESULTADO OPERACIONAL	4.180.282,43	8.100.468,22	7.656.294,82
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	9.993,84	96.904,49	409.695,39
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÃO	4.190.276,27	8.197.372,71	8.065.990,21
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(3.023,14)	(22.507,40)	(94.868,78)
RESULTADO ANTES PROVISÃO JUROS AO CAPITAL	4.187.253,13	8.174.865,31	7.971.121,43
DESPESAS DE JUROS AO CAPITAL SOCIAL	(1.945.525,27)	(1.945.525,27)	(2.222.471,91)
SOBRA (PERDA) DO SEMESTRE/EXERCÍCIO APÓS JUROS AO CAPITAL SOCIAL	2.241.727,86	6.229.340,04	5.748.649,52
DESTINAÇÃO PARA O FATES	(387.607,84)	(387.607,84)	(592.122,27)
DESTINAÇÃO PARA O FUNDO DE RESERVA	(614.919,18)	(614.919,18)	(542.792,34)
SOBRAS OU PERDAS LÍQUIDAS A DISP. DA A.G.O	1.239.200,84	5.226.813,02	4.613.734,91
QUANTIDADE DE QUOTAS DE CAPITAL	41.535.780,86	41.535.780,86	39.775.863,78
SOBRAS OU PERDAS POR COTA DE CAPITAL (R\$)	0,03	0,13	0,12

Belo Horizonte, 31 de dezembro de 2013.

Célio Marcos Pontes de Albuquerque
Diretor FinanceiroAntônio de Ávila e Silva
Diretor PresidenteAstor César de Souza Almeida
CRC-MG 074.613/O-6

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Antecipação do Imposto de Renda também pode ser feita

Se antecipar o 13º salário deste ano é uma boa opção, o mesmo se pode dizer da restituição do Imposto de Renda, que também pode ser antecipada na COOPSEF. Da mesma forma, a taxa de juro é menor do que as oferecidas por outras instituições financeiras. O associado que já fez ou prepara sua declaração e sabe que tem direito à restituição do IR pago a maior no ano passado pode procurar já a COOPSEF ou as suas representações regionais.

A operação é simples para quem quer antecipar a restituição do IR. Também neste caso, o associado será beneficiado no final do exercício pelo retorno de parte do que pagou. O empréstimo será quitado em parcela única, na data em que ocorrer o crédito da restituição do IR pela Receita Federal.

Ocorrendo diferença a favor do associado, o valor apurado será creditado em sua conta corrente. Se eventualmente o associado cair na "malha fina" da Receita Federal, ele deve procurar a COOPSEF para providenciar a renegociação de seu débito e se manter em dia com seu compromisso perante a Cooperativa.

DMPL - DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIO LÍQUIDO PARA O SEMESTRE

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

Em Reais

EVENTOS	CAPITAL SOCIAL		RESERVAS DE LUCROS	Sobras e (Perdas) Acumuladas	Saldo Atual
	Realizado	(-) Capital a Realizar	Reserva Legal		
Saldos em 30.06.13	39.603.585,07	(25,00)	7.315.356,08	3.987.612,18	50.906.528,33
Integralização de Capital	632.906,80	-			632.906,80
Devolução de Capital	(336.754,59)				(336.754,59)
Outros	(712,50)				(712,50)
Sobras ou Perdas do 2º Semestre - 2012				4.187.253,13	4.187.253,13
Juros ao Capital Social	1.925.474,57			(1.945.525,27)	(20.050,70)
IRRF sobre Juros ao Capital	(288.718,49)				(288.718,49)
Destinação das sobras:					-
. Fundo de Reserva			614.919,18	(614.919,18)	-
. FATES				(307.459,59)	(307.459,59)
. FATES - Atos não Cooperativos				(80.148,25)	(80.148,25)
Saldos em 31.12.13	41.535.780,86	(25,00)	7.930.275,26	5.226.813,02	54.692.844,14
Mutações do semestre	1.932.195,79	-	614.919,18	1.239.200,84	3.786.315,81
Saldos em 31.12.12	39.775.863,78	-	7.315.356,08	4.613.734,91	51.704.954,77
Sobras destinadas ao Capital	4.207.466,63			(4.207.466,63)	-
Integralização de Capital	1.286.047,55	(25,00)			1.286.022,55
Devolução de Capital	(5.368.772,10)				(5.368.772,10)
Outros	(1.581,08)				(1.581,08)
Sobras ou Perdas do Exercício				8.174.865,31	8.174.865,31
Juros ao Capital Social	1.925.474,57			(1.945.525,27)	(20.050,70)
IRRF sobre Juros ao Capital	(288.718,49)				(288.718,49)
Incorporação Capital Social Ex-Cooperados				(6.268,28)	(6.268,28)
Transf. p/Fundo Especial - Sobras Exercício Anterior				(400.000,00)	(400.000,00)
Destinação das sobras:					-
. Fundo de Reserva			614.919,18	(614.919,18)	-
. FATES				(307.459,59)	(307.459,59)
. FATES - Atos não Cooperativos				(80.148,25)	(80.148,25)
Saldos em 31.12.13	41.535.780,86	(25,00)	7.930.275,26	5.226.813,02	54.692.844,14
Mutações do exercício	1.759.917,08	(25,00)	614.919,18	613.078,11	2.987.889,37
Saldos em 31.12.11	37.332.230,28	(554,00)	6.772.563,74	3.231.623,10	47.335.863,12
Sobras destinadas ao Capital	3.007.609,40			(3.007.609,40)	-
Integralização de Capital	1.308.074,37	554,00			1.308.628,37
Estorno de Capital	(3.744,01)				(3.744,01)
Devolução de Capital	(3.734.823,96)				(3.734.823,96)
Sobras ou Perdas do Exercício				7.971.121,43	7.971.121,43
Juros ao Capital Social	2.195.905,66			(2.222.471,91)	(26.566,25)
IRRF sobre Juros ao Capital	(329.387,96)				(329.387,96)
Incorporação Capital Social Ex-Cooperados				(24.013,70)	(24.013,70)
Transf. p/Fundo Especial - Sobras Exercício Anterior				(200.000,00)	(200.000,00)
Destinação das sobras:				-	-
. Fundo de Reserva			542.792,34	(542.792,34)	-
. FATES				(271.396,17)	(271.396,17)
. FATES - Atos não Cooperativos				(320.726,10)	(320.726,10)
Saldos em 31.12.12	39.775.863,78	-	7.315.356,08	4.613.734,91	51.704.954,77
Mutações do exercício	2.443.633,50	554,00	542.792,34	1.382.111,81	4.369.091,65

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Ouvidoria da COOPSEF
0800 283 4086
www.coopsef.com.br

Os associados da COOPSEF que desejarem ligar direto para a sua Cooperativa têm a sua disposição o telefone 0800 283 4086.

DFC - DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O SEMESTRE

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

DESCRIÇÃO	Exercícios findos em:		Em Reais
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O SEMESTRE	2º SEMESTRE - 2013	31/12/2013	31/12/2012
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2.847.980,84	4.479.527,72	5.256.795,04
Sobras/(perdas) líquidas antes do imposto de renda e da contribuição social	4.190.276,27	8.197.372,71	8.065.990,21
Ajustes as sobras/perdas líquidas: (não afetaram o caixa)	(3.199.134,23)	(3.677.440,26)	(1.355.117,49)
Provisão de Juros ao Capital	(1.945.525,27)	(1.945.525,27)	(2.222.471,91)
(Despesas de amortização e depreciação)	98.158,32	188.552,64	203.833,47
(Provisão para perdas com Operações de Crédito)	(1.348.744,14)	(1.897.960,23)	758.389,73
Apuração de resultado (imposto de renda e contribuição social)	(3.023,14)	(22.507,40)	(94.868,78)
Aumento (redução) em ativos operacionais	(1.939.169,83)	(5.157.806,22)	(5.045.910,15)
Operações de Crédito	(1.607.578,34)	(4.844.246,45)	(5.072.085,85)
Outros Créditos	(331.787,85)	(314.551,29)	26.377,77
Outros Valores e Bens	196,36	991,52	(202,07)
Aumento (redução) em passivos operacionais	3.796.008,63	5.117.401,49	3.591.832,47
Depósitos a Vista	322.163,65	67.518,39	342.009,65
Depósitos a Prazo	3.083.744,55	4.754.006,08	3.223.079,63
Outras Obrigações	390.100,43	295.877,02	26.743,19
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(140.484,18)	(1.246.367,13)	(605.762,40)
Aquisição de investimentos	(120.264,45)	(1.214.624,26)	(555.611,84)
Aquisição de imobilizado de uso	(11.204,97)	(22.728,11)	(46.676,56)
Aplicação no Ativo Intangível	-	-	(3.474,00)
*Outros Ajustes	(9.014,76)	(9.014,76)	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Variações patrimoniais:	1.544.587,95	(3.241.450,67)	(1.379.557,87)
Aumento de Capital Social	632.194,30	1.284.441,47	1.304.884,36
Devolução de Sobras			
Redução de Capital Social	(336.754,59)	(5.368.772,10)	(3.734.823,96)
Despesas de juros ao capital	1.925.474,57	1.925.474,57	2.195.905,66
Despesas de juros ao capital - IRRF a Recolher	(288.718,49)	(288.718,49)	(329.387,96)
Constituição do Exercício - FATES	(307.459,59)	(307.459,59)	(271.396,17)
Constituição do Exercício - FATES Atos não Cooperativos	(80.148,25)	(80.148,25)	(320.726,10)
Transferência Exercício Anterior - Fundo Especial	-	(400.000,00)	(200.000,00)
Cotas de Capital a Pagar	-	(6.268,28)	(24.013,70)
Aumento líquido de caixa e de equivalentes de caixa	4.252.084,61	(8.290,08)	3.271.474,77
Variação Líquida das disponibilidades	4.252.084,61	(8.290,08)	3.271.474,77
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	717.061,54	431.028,53	1.947.233,82
Centralização Financeira - Cooperativas no início do período	60.730.153,57	65.276.561,27	60.488.881,21
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	511.986,77	511.986,77	431.028,53
Centralização Financeira - Cooperativas no fim do período	65.187.312,95	65.187.312,95	65.276.561,27

Belo Horizonte, 31 de dezembro de 2013.

Célio Marcos Pontes de Albuquerque
Diretor FinanceiroAntônio de Ávila e Silva
Diretor PresidenteAstor Cézar de Souza Almeida
CRC-MG 074.613/O-6

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Representante da COOPSEF na Cidade Administrativa

Os associados da COOPSEF que trabalham na Cidade Administrativa e que precisam de alguma informação ou serviço da Cooperativa podem procurar Ivair Ferreira Lima. Ele é o representante da COOPSEF na Cidade Administrativa e trabalha no Edifício Gerais, 12º andar, na ARSAE/Gerência de Fiscalização.

Para falar com o Ivair, o associado pode ainda telefonar para 3915.8086, ou para o celular 9654.1199. Com um representante na Cidade Administrativa, a COOPSEF espera prestar um atendimento mais adequado e rápido.



Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais Ltda. - COOPSEF

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

1. Contexto operacional

A Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais Ltda – COOPSEF é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 14/04/1980, filiada à Central das Cooperativas de Economia e Crédito de Minas Gerais Ltda. – SICOOB CENTRAL CECREMGE e componente do SICOOB - Sistema das Cooperativas de Crédito do Brasil, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei 4.595/64, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei 5.764/71, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar 130/09, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMV nº 3.859/10 do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

A COOPSEF tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis são de responsabilidades da Administração da Cooperativa e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, considerando as alterações exigidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, adaptadas às peculiaridades da legislação cooperativista e às normas e instruções do Banco Central do Brasil – BACEN, bem como apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Consideram ainda, no que for julgado pertinente e relevante, os pronunciamentos, orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. Desta forma, as demonstrações contábeis foram revisadas e aprovadas pela Diretoria Executiva, em sua reunião datada de 17/01/2014.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: CPC Conceitual Básico (R1) - Resolução CMN nº 4.144/12; CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 3.566/08; CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - Resolução CMN nº 3.604/08; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/09; CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/11; CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. – Resolução CMN nº 4.007/11; CPC 24 - Evento Subsequente - Resolução CMN nº 3.973/11; e CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Resolução CMN nº 3.823/09.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos e dispêndios são registrados de acordo com o regime de competência. As operações de crédito com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e os ingressos e dispêndios correspondentes ao período futuro são apresentados em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. Os ingressos e dispêndios de natureza financeira são contabilizados pelo critério "pro-rata temporis" e calculados com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados, que são calculadas com base no método linear. As operações de crédito com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

As receitas e despesas são reconhecidas na demonstração de sobras em conformidade com o regime de competência. As receitas com prestação de serviços são reconhecidas na demonstração de sobras ou perdas quando da prestação de serviços a terceiros, substancialmente serviços bancários. Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, entre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas. A Cooperativa revisa as estimativas e premissas, no mínimo, semestralmente.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMV nº 3.604/08, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

O caixa e equivalente de caixa compreendem:

Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Caixa e depósitos bancários	511.986,77	431.028,53
Relações Interfinanceiras (Centralização Financeira)	65.187.312,95	65.276.561,27
Total	65.699.299,72	65.707.589,80

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

A Resolução CMN nº 2.682/99 introduziu os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do SICOOB CENTRAL CECREMGE e ações do BANCOOB, são avaliados pelo método de custo de aquisição.

h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para baixar o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas divulgadas na Nota 9, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico. Os ativos intangíveis compreendem softwares adquiridos de terceiros e são amortizados ao longo de sua vida útil estimada.

j) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

▶ segue

k) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

l) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

m) Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

n) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, as quais a Cooperativa tem por diretriz.

o) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados é isento de tributação.

p) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

q) Valor recuperável de ativos – Impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "impairment", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de dezembro de 2013 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

r) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
 - Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.
- Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2013.

4. Relações interfinanceiras

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Centralização Financeira – Cooperativas (a)	65.187.312,95	65.276.561,27
Total	65.187.312,95	65.276.561,27

Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa depositada junto ao SICOOB CENTRAL CECREMG, conforme determinado no artigo 37 da Resolução CMN nº 3.859/10.

5. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2013			31/12/2012
	Circulante	Não Circulante	Total	
Adiantamento a Depositante	36.586,90	-	36.586,90	35.720,26
Cheque Especial / Conta Garantida	2.846.711,00	-	2.846.711,00	2.861.604,09
Empréstimos	21.572.161,33	44.485.805,83	66.057.967,16	59.842.533,26
(-) Prov. p/Perda c/Oper. de Créd.	(678.580,50)	-	(678.580,50)	(1.219.379,73)
Total	23.776.878,73	44.485.805,83	68.262.684,56	61.520.477,88

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682 de 21/12/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo / Tít. Desc. *	Total em 31/12/2013	Provisões 31/12/2013	Total em 31/12/2012	Provisões 31/12/2012
A	0,50%	Normal	66.132.554,87	66.132.554,87	330.662,77	59.658.580,34	298.293,30
B	1%	Normal	385.268,45	385.268,45	3.852,68	154.199,2	1.541,99
B	1%	Vencidas	1.055.828,51	1.055.828,51	10.558,29	1.199.164,62	11.991,65
C	3%	Normal	289.869,86	289.869,86	8.696,10	179.008,51	5.370,26
C	3%	Vencidas	385.804,87	385.804,87	11.574,15	338.685,77	10.160,57
D	10%	Normal	7.873,59	7.873,59	787,36	6.259,58	625,96
D	10%	Vencidas	131.002,53	131.002,53	13.100,25	99.103,36	9.910,34
E	30%	Normal	2.056,86	2.056,86	617,06	97.176,50	29.152,95
E	30%	Vencidas	193.107,34	193.107,34	57.932,20	0,00	0,00
F	50%	Normal	184.377,42	184.377,42	92.188,71	7.447,91	3.723,96
F	50%	Vencidas	21.265,38	21.265,38	10.632,69	139.473,01	69.736,55
G	70%	Normal	2.674,22	2.674,22	1.871,95	203.812,07	142.668,74
G	70%	Vencidas	44.916,27	44.916,27	31.441,39	69.145,63	48.401,94
H	100%	Normal	71.835,94	71.835,94	71.835,94	113.932,30	113.932,30
H	100%	Vencidas	32.828,95	32.828,95	32.828,95	473.868,72	473.868,72
Total Normal			67.076.511,21	67.076.511,21	510.512,57	60.420.416,50	595.309,56
Total Vencido			1.864.753,85	1.864.753,85	168.067,92	2.319.441,11	624.070,17
Total Geral			68.941.265,06	68.941.265,06	678.580,49	62.739.857,61	1.219.379,23
Provisões			-678.580,49	-678.580,49		-1.219.379,23	
Total Líquido			68.262.684,57	68.262.684,57		61.520.478,38	

* Em Empréstimos estão contidos os valores das Operações Renegociadas.

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	7.956.584,29	13.644.938,74	44.485.805,83	66.087.328,86
Total	7.956.584,29	13.644.938,74	44.485.805,83	66.087.328,86

Obs.: Não inclui Adiantamento a Depositantes, Cheque Especial e Conta Garantida.

d) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito:

Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Saldo Inicial	1.219.379,73	460.990,00
Constituições/Reversões no Exercício	88.854,28	846.994,58
Transferência/Reversões para Prejuízo no Exercício	(629.653,51)	(88.604,85)
Total	678.580,50	1.219.379,73

e) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2013	% Carteira Total	31/12/2012	% Carteira Total
Maior Devedor	389.734,16	0,5653	373.441,97	0,5952
10 Maiores Devedores	3.060.228,77	4,4389	2.980.383,92	4,7504
50 Maiores Devedores	10.500.033,37	15,2304	10.543.935,08	16,8058

f) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo, Renegociados e Recuperados:

Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Saldo início do exercício	2.349.321,00	2.385.524,90
Ajuste de Remoção de Rendas a Apropriar	(131.749,06)	0,00
Valor das operações transferidas no período	629.653,51	88.604,85
Valor das operações recuperadas no período	(222.025,09)	(124.808,75)
Total	2.625.200,36	2.349.321,00

6. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no País, inclusive as resultantes do exercício corrente, conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Rendas a Receber (a)	499.073,17	343.256,52
Devedores por Depósito e Garantia (b)	3.936.950,64	3.804.492,15
Títulos e Créditos a Receber	1.630,00	1.697,00
Devedores Diversos	20.689,47	1.240,73
Diversos (c)	226.956,01	220.061,60
Total	4.685.299,29	4.370.748,00

a) Rendas a Receber: Rendas de Aplicação Financeira junto a Centralização Financeira – SICOOB CECREMGE – no montante de R\$ 498.365,34.

b) Devedores por Depósito e Garantia: Depósito Judicial referente ao processo de Cobrança do PIS/COFINS s/atos cooperativos no período de 03/1999 a 07/2004.

c) Diversos: O valor de R\$ 148.515,33 do montante apresentado, refere-se a gratificação paga aos funcionários referente ao exercício de 2013.

7. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Outros Valores e Bens	341.940,27	350.955,03
Bens Não de Uso Próprio	341.940,27	350.955,03
Despesas Antecipadas	43.990,47	35.967,23
Prêmios de Seguros	41.456,38	34.387,52
Assinatura de Periódicos	2.534,09	1.579,71
Total	385.930,74	386.922,26

Em Bens de Uso Próprio está registrado o valor de R\$ 341.940,27, referente aos imóveis não utilizados pela cooperativa, não estando sujeitos à depreciação ou correção.

Registram-se no grupo, as despesas antecipadas, no montante de R\$ 43.990,47 referentes a prêmios de seguros pagos – R\$ 41.456,38 e assinatura de periódicos – R\$ 2.534,09.

8. Investimentos

O saldo é representado por aportes de capital e o recebimento de distribuição de sobras efetuados pelo SICOOB Central Cecremge e aquisição de ações do BANCOOB, conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Central das Cooperativas de Economia e Crédito de Minas Gerais Ltda. – SICOOB CENTRAL CECREMGE	4.541.792,31	3.447.432,50
Banco Cooperativo do Brasil S.A. – BANCOOB	1.103.298,92	983.034,47
Total	5.645.091,23	4.430.466,97

9. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa de Depreciação	31/12/2013	31/12/2012
Terrenos	-	583.120,92	583.120,92
Edificações	4%	2.428.147,41	2.428.147,41
Instalações, Móveis e Equipamentos	10%	1.613.878,79	1.597.952,79
Sistema de Processamento de Dados	20%	314.691,71	307.889,60
Sistema de Segurança	10%	32.023,51	32.023,51
Total		4.971.862,34	4.949.134,23
Depreciação acumulada		(3.078.468,37)	(2.905.649,82)
Total		1.893.393,97	2.043.484,41

10. Intangível

Nesta rubrica registram-se os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da companhia, como as licenças de uso de softwares.

Descrição	Taxa de Amortização	31/12/2013	31/12/2012
Sistema de Processamento de Dados - Software	20%	134.935,17	134.935,17
Direito de Uso	20%	46.673,89	46.673,89
Total		181.609,06	181.609,06
Amortização acumulada	20%	(155.107,13)	(148.387,80)
Total		26.501,93	33.221,26

O valor registrado na rubrica "Intangível" refere-se a licença de uso do Sistema de Informática do Sicoob - SISBR, adquirida em junho de 2009, da Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. - Sicoob Confederação. Na mesma data, a Central cedeu exclusivamente às suas filiais (cooperativas singulares associadas), devidamente autorizado pelo Sicoob Confederação, com prazo de até 31 de maio de 2019, o direito de uso do SISBR.

11. Depósitos

Os depósitos à vista não são remunerados. Os depósitos a prazo recebem encargos financeiros contratados.

Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Depósito à Vista	2.298.675,11	2.231.156,72
Depósito a Prazo	74.827.229,46	70.073.223,38
Total	77.125.904,57	72.304.380,10

Os depósitos, até o limite de R\$ 250.000,00 (Duzentos e Cinquenta mil reais), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Sicoob - FGS, o qual é um Fundo constituído pelas Cooperativas do Sistema Sicoob, regido por regulamento próprio.

12. Outras Obrigações

a) Outras Obrigações - Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados

Descrição	31/12/2013	31/12/2012
IOF a Recolher	3.304,87	2.566,05
Total	3.304,87	2.566,05

O IOF a Recolher refere-se à incidência sobre Operações de Crédito e Aplicações Financeiras dos cooperados com a Cooperativa.

▶ segue

b) Outras Obrigações - Sociais e estatutárias

Descrição	31/12/2013	31/12/2012
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social	8.337.862,61	6.550.307,52
FATES – Resultado de Atos com Associados	7.100.691,50	5.393.284,66
FATES – Resultado de Atos com Não Associados	1.237.171,11	1.157.022,86
Cotas de capital a pagar	522.421,13	254.899,20
Total	8.860.283,74	6.805.206,72

O FATES é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, e é constituído pelo resultado dos atos não-cooperados e 5% das sobras líquidas do exercício, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em conta de passivo segue determinação do plano de contas do COSIF.

c) Outras Obrigações – Fiscais e Previdenciárias

Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Provisão para Impostos e Contribuições s/Lucros	0,00	16.181,22
Impostos s/Serviços de Terceiros	6.826,47	7.654,02
Impostos sobre Salários	247.846,48	192.283,70
Outros	301.815,38	337.714,50
<i>IRRF sobre Juros ao Capital</i>	<i>291.726,13</i>	<i>333.372,91</i>
<i>Outros</i>	<i>10.089,25</i>	<i>4.341,59</i>
Total	556.488,33	553.833,44

d) Outras Obrigações - Diversas

Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Cheques administrativos (a)	0,00	11.739,40
Despesas de Pessoal	365.445,57	187.514,57
Outras Despesas Administrativas (b)	110.974,13	144.707,52
Provisão para Passivos Contingentes (c)	3.936.950,64	3.809.968,20
Credores Diversos – País (d)	946.005,45	2.968.039,81
Total	5.359.375,79	7.121.969,50

a) Refere-se a cheques emitidos pela Cooperativa contra o próprio caixa da instituição, porém não compensados até a data-base de 31/12/2013.

b) Refere-se ao provisionamento de pagamentos a efetuar, relativos a outras despesas administrativas da cooperativa.

c) Considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida, foram constituídas as seguintes provisões:

Descrição	31/12/2013		31/12/2012	
	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais
PIS e COFINS	3.936.950,64	3.936.950,64	3.798.462,33	3.798.462,33
Trabalhistas	0,00	0,00	6.029,82	6.029,82
Outras	0,00	0,00	5.476,05	0,00
Total	3.936.950,64	3.936.950,64	3.809.968,20	3.804.492,15

PIS e COFINS - quando do advento da lei nº. 9.718/98, a cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS. Consequentemente, registrou as correspondentes obrigações referentes ao período de março de 1999 a julho de 2004, sendo que os valores equivalentes foram depositados em juízo e estão contabilizados na rubrica Depósitos em garantia.

d) Credores Diversos – País se refere a: Cred. Diversos, FIS (Fundo de Integração Social), FCR (Fundo de Crédito Rotativo) e Outros Credores Diversos – País:

Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Cred. Diversos (1)	863.404,50	133.932,98
Outros Credores Diversos – País (2)	82.600,95	123.523,11
Fundo de Integração Social (3)	0,00	2.210.583,72
Fundo de Compensação Rotativo (4)	0,00	500.000,00
Total	946.005,45	2.968.039,81

1. O Cred. Diversos é a reclassificação contábil do Fundo Especial e é destinado ao auxílio de familiares dos associados da COOPSEF falecidos. Dispõe a disciplina dos valores de indenização do Auxílio Funeral e compensação dos respectivos débitos contratados dos associados falecidos pelas indenizações relativas aos sinistros (Seguro Prestamista). O Cred. Diversos conta com uma reserva para aporte acumulada recebendo suprimento de crédito em todas as operações de crédito da COOPSEF.

2. Refere-se a créditos de responsabilidade da cooperativa perante pessoas físicas e jurídicas pendente de regularização para cuja escrituração não exista conta específica.

3. A COOPSEF transferiu o saldo do FIS para a conta do FATES em 27/02/2013 conforme determinação da AGO em 18/02/2013.

4. A COOPSEF transferiu o saldo do FCR para a conta Cred. Diversos em 27/02/2013 conforme determinação da AGO em 18/02/2013.

13. Instrumentos financeiros

A COOPSEF opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, relações interfinanceiras, operações de crédito e depósitos a vista e a prazo. Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

14. Patrimônio líquido**a) Capital Social**

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em um voto, independente do número de suas cotas-partes.

b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 10%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular 3.224/06, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em gastos para o qual se destina, conforme a Lei 5.764/71.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 18/02/2013, os cooperados deliberaram pelo aumento do Capital social com as sobras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, no valor de R\$ 4.213.734,91 e destinação no valor de R\$ 400.000,00 para o fundo especial, registrado na rubrica Credores Diversos.

d) Destinações estatutárias e legais

De acordo com o estatuto social da cooperativa e a Lei nº 5.764/71, a sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	2013	2012
Sobra líquida do exercício	6.229.340,04	5.748.649,52
Lucro líquido decorrente de Resultado não operacional - apropriado ao FATES –	(96.904,46)	(409.695,39)
Prejuízo decorrente de Resultado de Atos não Cooperativos - apropriado ao FATES –	16.756,21	88.969,29
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	6.149.191,79	5.427.923,42
Destinações estatutárias		
Reserva legal - 10%	(614.919,18)	(542.792,34)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	(307.459,59)	(271.396,17)
Sobras à disposição da Assembleia Geral	5.226.813,02	4.613.734,91

▶ segue

A Reserva legal destina-se a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades;
O Fundo de assistência técnica, educacional e social (FATES) é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa; e Os resultados decorrentes de atos não cooperativos são destinados ao FATES.

15. Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	2013	2012
Receita de prestação de serviços	34.348,30	34.972,16
Despesas específicas de atos não cooperativos	(3.288,10)	(3.033,06)
Desp apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(25.309,01)	(26.039,61)
Resultado operacional	5.751,19	5.899,49
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	96.904,46	409.695,39
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	102.655,65	415.594,88
IRPJ/CSLL s/Atos não Cooperativos	(22.507,40)	(94.868,78)
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	80.148,25	320.726,10

16. Provisão de Juros ao Capital

A Cooperativa provisionou e pagou juros ao capital próprio remunerando o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram a Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Carta Circular BACEN nº 2.739.

17. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Montante das operações ativas e passivas no exercício de 2013:

MONTANTE DAS OPERAÇÕES ATIVAS	% em relação à carteira total
340.224,57	11,80%
MONTANTE DAS OPERAÇÕES PASSIVAS	% em relação à carteira total
1.269.667,65	1,7%

Operações ativas e passivas – saldo em 31/12/2013:

OPERAÇÕES ATIVAS			
Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	9.157,69	45,79	0,32%
Empréstimos e Financiamentos	300.785,72	1.503,93	0,46%

OPERAÇÕES PASSIVAS		
Aplicações Financeiras	% em relação à carteira total	Taxa Média - %
1.269.667,65	1,7%	99,69% do CDI

Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

NATUREZA DAS OPERAÇÕES ATIVAS E PASSIVAS	Taxas aplicadas em relação às partes relacionadas	Taxa aprovada pelo Conselho de Administração/Diretoria Executiva
Cheque Especial	2,9 %	2,9%
Limite até R\$ 20.000,00		
Empréstimos - Consignados	1,69% a 2,07%	1,69% a 2,07%
Limite até 10% do PLA		
Empréstimos – Boletos, Cheques e Caixa	1,77% a 2,70%	1,77% a 2,70%
Limite até 10% do PLA		
Aplicação Financeira – Depósito a Prazo		
Até R\$ 10.000,00	100% CDI	100% CDI
Acima de R\$ 10.000,00	92% CDI	92% CDI
PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2013		
Conta Corrente (adiantamento a depositantes, cheque especial)		0,3176%
Empréstimos e Financiamentos		0,5012%
Aplicações Financeiras		0,9150%

No exercício de 2013, os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio mensal das reuniões do Conselho de Administração apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2013 (R\$)	
Honorários	1.096.470,61
Custo da reunião do Conselho de Administração	67.000,00

18. Central das Cooperativas de Economia e Crédito de Minas Gerais Ltda. – SICOOB CENTRAL CECREMGE

A COOPSEF, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à Cooperativa Central das Cooperativas de Economia e Crédito de Minas Gerais Ltda. – SICOOB CENTRAL CECREMGE, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL CECREMGE é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL CECREMGE à coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

A COOPSEF responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL CECREMGE perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

As demonstrações contábeis do SICOOB CENTRAL CECREMGE de 30 de junho de 2013 foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis, datado de 07 de agosto de 2013.

19. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração e Cooperados da
**COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUA DOS FUNCIONÁRIOS DA
 SECRETÁRIA DE ESTADO DA FAZENDA DE MINAS GERAIS LTDA. – COOPSEF**

Belo Horizonte - MG

Prezados Senhores:

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Secretária de Estado da Fazenda de Minas Gerais Ltda. – COOPSEF, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Secretária de Estado da Fazenda de Minas Gerais Ltda. – COOPSEF é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Cooperativa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Cooperativa. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Secretária de Estado da Fazenda de Minas Gerais Ltda. – COOPSEF em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Belo Horizonte, 23 de janeiro de 2014.



Felipe Rodrigues Beiral
 Contador CRC MG 090.766/O-4
 CNAI 2994



Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Secretaria de
Estado da Fazenda de Minas Gerais Ltda

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais Ltda. – COOPSEF, no uso de suas atribuições legais e estatutárias e para os fins previstos no artigo 51 do Estatuto Social, declara que os documentos analisados refletem, em seus aspectos relevantes, a situação financeira e patrimonial da entidade em 31(trinta e um) de Dezembro de 2013(dois mil e treze). As demonstrações contábeis relativas ao exercício de 2013(dois mil e treze) foram examinadas também pelos auditores da Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa - CNAC. Belo Horizonte, aos 28(Vinte e oito) dias do mês de janeiro do ano de 2014(dois mil e catorze). Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião, lavrando-se em ata que vai assinada pelos presentes.

Geraldo Magela Cotta
Coordenador

Múcio Batista de Souza
Fiscal

Oscar Dias da Silva
Fiscal

Av. Brasil, 1640 – Funcionários – Belo Horizonte – MG – CEP 30.140-003
FABX: (31) 3269.5700
www.coopsef.com.br coopsef@coopsef.com.br

“A criação do FGCoop proporciona mais segurança ao Sistema Financeiro Cooperativo. Os números mostram a importância do cooperativismo financeiro no País. Apesar de não serem instituições bancárias tradicionais, oferecem todos os produtos e serviços dos bancos convencionais e desenvolvem um papel muito importante na inclusão financeira. Por isso, a criação do FGCoop é um grande avanço, proporcionando mais credibilidade e confiança ao segmento”.

(José Salvino de Menezes, presidente do Sicoob Confederação).

**Quando a instituição financeira não excluir a consignação ou se negar a fornecer boleto para pagamento, faça sua reclamação também à Seplag, órgão encarregado de efetuar os descontos consignados.
Use os telefones 3915.0478 ou 3915.0479, do Setor de Consignação.
Você tem direito de pagar juro menor na sua Cooperativa.**

Vantagens do CHEQUE ESPECIAL da COOPSEF

*Além de prático e bem aceito,
tem taxa de juro muito menor
do que a do cartão de crédito*

Mais de 700% ao ano de juros e encargos financeiros é o que está pagando o portador de um cartão de crédito de um banco comercial no Brasil. Esse percentual absurdo foi apurado em recente pesquisa feita por uma associação de consumidores, sediada em São Paulo. O exemplo se aplica a um caso específico, mas mesmo a taxa média anual é assustadora e chega a 280% ao ano, de acordo com a mesma pesquisa. Tais números reforçam a orientação dada pela COOPSEF de que ter um Cheque Especial na Cooperativa é muito mais vantajoso e o associado pagará apenas 48,09% ao ano. Portanto, muito menos que os bancos cobram por seus cartões de crédito.

Não se questiona aqui a praticidade do cartão de crédito, que é reconhecida por todos. O alerta é quanto ao custo absurdo pelo seu uso e as consequências para o bolso do usuário. Na COOPSEF os associados que abriram conta corrente têm a sua disposição um cartão de débito, que também é prático, seguro e funcional. O que a Cooperativa faz neste momento é repetir o que tem feito há anos: chamar a atenção de seus associados para os altos juros dos cartões de crédito e orientar para o uso do Cheque

Especial, um instrumento prático e que supre bem uma necessidade financeira de curto prazo, principalmente para aqueles que não querem fazer um empréstimo.

Agindo desta forma, a COOPSEF está promovendo a educação financeira e gerando mais benefícios para seus associados. Além de disponibilizar um Cheque Especial com a menor taxa de juro do mercado, a Cooperativa devolve para os usuários, no encerramento de cada exercício e após aprovação das Sobras, parte do que foi pago ao longo do ano. Esse retorno tem registrado um ganho superior ao rendimento das aplicações financeiras do mercado. Em 2013, os associados que usaram o Cheque Especial receberam, em média, 24% dos juros que pagaram nesse exercício.

Todo associado pode solicitar Cheque Especial na COOPSEF. A liberação depende da abertura de conta corrente e da análise de crédito do associado, conforme norma do Banco Central. Com conta corrente aberta e análise de crédito aprovados, a Cooperativa pode conceder um Cheque Especial de até R\$20.000,00, valor este autorizado pelo Conselho de Administração.

JORNAL DA COOPSEF



Remetente:
Coopsef - Av. Brasil, 1660 • Funcionários
30140-003 • Belo Horizonte • MG
Telefax: (31) 3269.5700

**Impresso
Especial**

CONT. Nº 9912211389
ECT/DR/MG
Coopsef

---CORREIOS---



**IMPRESSO FECHADO
PODE SER ABERTO PELA ECT**